

# Sigilo e imposto "dedo-duro" - Marcos Cintra

Revista Jurídica Consulex

15/07/2007

# SIGILO E IMPOSTO “DEDO-DURO”

■ POR **MARCOS CINTRA**

Apesar da retórica oficial, o governo considera a CPMF um tributo eficaz, de baixo custo, transparente e, sobretudo, insonegável. Mas não tem coragem de dizer isto, como fez a Receita Federal no Texto para Discussão nº 15, em setembro de 2001:

O tributo é altamente produtivo, tem excelente relação custo-benefício (sua arrecadação ocorre sem praticamente nenhum custo para o governo e para o contribuinte), é o único a alcançar plenamente a economia informal ou ilegal e é moderno (alcança operações que estão se tornando comuns, como o comércio eletrônico).

Esse testemunho desmentiu teses pessimistas de que sua cobrança, iniciada em 93 como IPMF, provocaria inflação e desintermediação financeira.

Vale lembrar que os males do efeito cascata, sempre apontados pelos críticos, são mais do que compensados pela alíquota baixa e pela impossibilidade de sonegação e evasão, típicas de tributos sobre movimentação financeira, se cotados com modelos convencionais declaratórios do tipo IVA.

A sociedade também já percebeu que a CPMF é um tributo justo, que todos pagam, e que não recai preferencialmente sobre os que não podem se defender da sanha fiscalista do governo, como os assalariados e as empresas formais.

Mas não se pode negar que a mobilização contra a prorrogação da CPMF encontra respaldo localizado e que pode ter origem mais acentuadamente no que chamei, no passado, de efeito “dedo-duro” (vide artigo *O efeito dedo-duro*, publicado na *Folha de São Paulo* de 10 de abril de 1994) do que na “cascata” de seu efeito cascata.

Quando foi instituída em 1996, a legislação da CPMF proibia, em nome do sigilo bancário, o cruzamento da movimentação financeira com o Imposto de Renda. Dizia o art. 11 da Lei nº 9.311/96 que “a Secretaria da Receita Federal resguar-

**“O fato é que um tributo sobre movimentação financeira granjeia simpatia e aceitação se for único – e rejeição e antipatia se for um a mais.”**

dará (...) o sigilo das informações prestadas, vedada sua utilização para constituição de crédito tributário relativo a outras contribuições e impostos”. Essa proibição foi extinta com o advento da Lei nº 10.174/01, e o “leão” passou a atemorizar os contribuintes. A partir de então, a oposição à CPMF se agigantou.

O fato é que um tributo sobre movimentação financeira granjeia simpatia e aceitação se for único – e rejeição e antipatia se for um a mais. A sociedade agradecerá se o governo e a oposição, em vez de discutirem o falso problema da cumulatividade, unissem esforços para apoiar uma ampla reforma tributária. Impostos sobre movimentação financeira deveriam substituir os tributos convencionais, cuja falência, explicitada pela complexidade, sonegação e corrupção do atual sistema, está cada dia mais exposta.

No fundo, governo e sociedade já se convenceram de que um imposto cumulativo com alíquota baixa e universal é melhor do que um imposto sobre o valor agregado com alíquota alta, complexo e alvo de forte sonegação.

Aperfeiçoar o tributo, desonerando da CPMF os mercados financeiro e de



ARQUIVO PESSOAL

capitais, é o caminho correto, pois preserva as vantagens do tributo sobre movimentação financeira, como afirmou Maria da Conceição Tavares em artigo publicado na *Folha de São Paulo* de 24 de setembro de 1995:

O tributo é uma das poucas bases potenciais de arrecadação futura, na qual é possível ancorar o aumento da receita pública sem penalizar os setores produtivos e segmentos sociais. ■

**MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE** é Doutor pela Universidade de Harvard (EUA), Professor Titular e Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas, e autor de *A Verdade sobre o Imposto Único*. Exerceu mandato como deputado federal (1999-2003).